

A historiografia do movimento operário brasileiro na década de 1980: uma análise política

Angelita Cristina Maquera¹

No final da década de 1970 e, principalmente, no decorrer da década seguinte proliferaram no Brasil, diversos trabalhos acadêmicos que analisavam a conflituosa classe operária do início do século XX. Dois fatores serão apresentados nesse trabalho que ajudarão a compreender esse fenômeno. Primeiramente, é necessário entender as especificidades do contexto brasileiro daquela década, um período de abertura política e, principalmente, marcado pelos operários novamente em cena nas fábricas automobilísticas do ABC paulista. Um segundo aspecto de muita relevância advém das próprias renovações da historiografia, salientando a ampliação dos objetos de estudo da História Política. Essa renovação possibilitou os estudos desses atores políticos e sociais que nas décadas anteriores foram analisados de forma predominante pela sociologia marxista. Assim, observa-se que a produção acadêmica está relacionada a fatores internos e externos. Desse modo, as formas de organização do campo acadêmico e a sociabilidade do pesquisador, apresentam o historiador brasileiro de 1980, como ator político.

Palavras chave: História Política, Historiografia brasileira e movimento operário.

Abstract

The historiography of Brazilian labor movement in the 1980s: a policy analysis

In the late 1970s and, especially during the next decade, proliferated in Brazil, several academic studies that analyzed the working class conflict of the early twentieth century. Two factors will be present in paper work that will help to understand this phenomenon. First, it is necessary to understand the specifics of the Brazilian context of that decade, a period of political openness and, mainly marked by the workers on the scene again in the auto plants of the ABC region. A second aspect of great relevance comes from the own renewals of historiography, stressing the expansion of the objects of study of the Political History. This renovation has enabled studies of these political and social actors that in previous decades were analyzed mainly by Marxist sociology. Thus, it is observed that the academic production is related to internal and external factors. Thereby, the forms of organization of the academic field and the sociability of the researcher, presented the 1980 Brazilian historian as a political actor.

Keywords: Political History, Historiography and Brazilian labor movement.

Artigo recebido em 07/11/2014 e aceito em 25/11/2014

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

Nos finais da década de 1970 e predominantemente na década de 1980, a historiografia brasileira produziu um grande número de trabalhos sobre história operária do início do século XX. Utiliza-se o termo “história operária” porque esses trabalhos abrangiam não somente os trabalhadores como “movimento”, mas também haviam análises culturais, estudos de classe, e até mesmo biografias. Assim, esse trabalho pretende apresentar os aspectos que possibilitaram a emergência e o interesse por esses operários “longínquos”.

Abertura política e as greves do ABC paulista

Primeiramente, é importante compreender as principais características do contexto dessas décadas, que influenciaram a produção historiográfica. Dentre as especificidades daquele período, destacam-se a abertura política, devido à crise do regime militar, e também os movimentos sociais em cena novamente, por intermédio do crescimento das oposições sindicais que combatiam os chamados sindicatos pelegos, pela criação de comissões de fábrica e pelas greves iniciadas ABC paulista e que rapidamente se espalharam por diferentes regiões industriais do país.

Marco Aurélio Santana (2008) afirma que o golpe civil-militar de 1964 desestabilizou o movimento operário, assim como, manteve um maior controle sobre os sindicatos e sobre os partidos de esquerda^{II}. Entretanto, desde a década de 1950, o Brasil vinha passando por mudanças econômicas, ressaltando, uma intensificação da produção industrial, que contribuiu, aos poucos, para a formação de uma “nova classe operária”, concentrada em determinadas áreas geográficas.

Esse processo era, em grande medida, decorrente das migrações do campo para as áreas urbanas. Kimi Tomizaki afirma que;

Esses indivíduos passaram a constituir a nova classe média urbana. [...] a aceleração do processo de urbanização fez a sociedade brasileira na década de 60, deixar sua condição rural. Entretanto, como a população urbana cresceu em ritmo muito mais rápido do que o desenvolvimento industrial, houve grandes dificuldades na absorção dos trabalhadores pelo mercado formal, o que implicou o crescimento do desemprego e do subemprego. [...] apesar do aumento da mobilidade, não houve diminuição da desigualdade^{III}.

Essa nova “massa” trabalhadora vai aos poucos se estabelecer nas principais montadoras automobilísticas situadas no ABC paulista. Em decorrência dessa grande afluência de trabalhadores às regiões industriais, é possível afirmar que essas décadas se caracterizaram como uma fase de deslocamentos. Desse modo, apresentam-se duas especificidades desse período, uma nova forma de trabalho, ou seja, novos modos de

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

produção industrial e principalmente, uma maior expressão política. Kimi Tomizaki aponta que aponta a importância e as fases desses “deslocamentos” que proporcionaram um cenário específico:

[..] 1) deslocamento espacial, concretizado na migração; 2) de setor econômico, através da saída do mundo rural e entrada na indústria; 3) posição ocupada nas relações de poder no interior das fábricas, resultado das greves, que impuseram modificações significativas nas relações de força entre capital e trabalho; 4) nas condições de vida, que permitindo acesso a moradia e à formalização de trabalho, entre outros, implicaram a ocupação de um espaço social, econômico e simbólico bastante diferente daquele do ponto inicial de suas trajetórias [...]^{IV}.

Assim, teve-se uma nova ocupação do espaço urbano, social e econômico. Compreender esse fenômeno é necessário para estabelecer as relações que fizeram com que esses novos trabalhadores se organizassem como um novo grupo político, entrando em cena e atraindo diversos focos de análises e discussões.

As greves deflagradas em Osasco e São Paulo no ano de 1978, se estruturaram por meio de um conjunto de lutas contra o arrocho salarial decorrente da corrosão provocada pelas altas taxas de inflação. Santana sublinha que esses trabalhadores passaram a enxergar o Estado como “inimigo”, não somente os patrões, e isso se evidenciava pelas tentativas de controle dos sindicatos durante o regime militar^V.

Essas greves ocorreram principalmente durante a saída de Ernesto Geisel e a posse de João Figueiredo. Entretanto, já em 1978 houve uma grande onda grevista. A citação abaixo retirada da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, descreve o descontentamento dos trabalhadores em relação ao regime militar:

No dia 12 de maio de 1978 os trabalhadores na Scania bateram o cartão, trocaram de roupa, foram até seus locais de trabalho mas não ligaram as máquinas e cruzaram os braços. Era uma greve por melhores salários que se espalhou pelo ABC e depois pelo País, abrindo caminho para uma nova proposta sindical. O movimento foi uma decisão dos trabalhadores e já refletia a nova postura que o Sindicato havia adotado, de não se submeter às imposições políticas e econômicas da ditadura militar. Era um tempo de sufoco. Em 1977, o general Ernesto Geisel, presidente do País, fecha o Congresso para baixar medidas tentando impedir o avanço da oposição. Mas o movimento popular já estava nas ruas. Desde o início dos anos 70 a sociedade se rearticulava contra a repressão dos generais. Os estudantes saem às ruas exigindo a democratização do País, o movimento pela anistia cresce e os trabalhadores participam de movimentos contra a carestia e a alta do custo de vida. Em 1977, o Sindicato desencadeia campanha pela reposição salarial de 34,1%, já que os militares haviam manipulado os índices de inflação e imposto um reajuste menor. A campanha não trouxe ganhos salariais, mas políticos. Ela mostrou um grande descontentamento da categoria contra um governo repressivo e também uma disposição de luta por um País diferente, com melhores condições de trabalho e mais liberdades políticas^{VI}.

Assim, pode-se apontar que essas manifestações colaboraram e influenciaram o processo de democratização do Brasil. É importante entender que nos momentos de maior repressão do regime militar, o único espaço de ação para os trabalhadores foi a própria fábrica. Marco Aurélio Santana, afirma que essas greves mesmo organizadas no interior das fábricas e estando relacionadas às condições de

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

trabalho, elas transcendem à dimensão salarial. No ABC paulista, por exemplo, esses trabalhadores visaram uma nova organização operária, uma reconstrução. É necessário, nesse sentido, entender as dimensões desses movimentos que segundo Santana;

O ano de 1979 veria desenvolver-se e aumentar a participação dos trabalhadores no cenário político nacional. Desde a greve de 1978, o movimento desdobrou-se, espalhou-se e atingiu diversas categorias e diversos estados, entre os quais, centros importantes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.[...] a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC trazia elementos novos. Além do reajuste salarial, eram reivindicadas também a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no interior das empresas.^{VII}

Desse modo, observa-se que esses trabalhadores vão se destacando como sujeitos sócio-políticos ao considerar, essencialmente, a institucionalização dessas lutas. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a burocratização dos sindicatos, e principalmente, a formação de um novo sindicalismo que também demarca esse período, ajudam a criar uma maior visibilidade política aos movimentos. Sobre esse aspecto, Giovanni Alves conclui que:

A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda – o PT –, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais como o CONCLAT, que daria nas CGTs.^{VIII}

Assim, percebe-se que esse período também configura em novas organizações sindicais que representa uma maior institucionalização das lutas. Pode-se concluir, desse modo, que fatores econômicos e políticos conjuntamente com a crise do regime militar, alimentaram tais manifestações. Alessandro de Moura compreende que;

[...] a inflação crescente corroerá os salários, este será o motivo principal das quatro greves gerais que serão desencadeadas durante a década de 1980 (1983, 1986, 1987 e 1989). Desta forma, a fresta aberta pelas greves do ABC, soma-se a crise econômica que aprofunda imensamente a crise política do Estado-ditatorial, sendo que a principal expressão da crise do Regime foi a onda de mobilizações, greves, ocupações e piquetes que serão desencadeadas a partir dos diversos locais de trabalho durante toda a década de 1980.^{IX}

Assim, aos poucos esses trabalhadores vão construindo sua identidade, vão se constituindo como um grupo social específico. Essa nova expressão da classe trabalhadora foi muito explorada pela mídia. Assim, essa grande visibilidade atraiu diferentes olhares e percepções sobre esse sujeito, Tomizaki afirma que;

Por meio das greves, os metalúrgicos do ABC colocaram-se no centro das atenções de diferentes grupos: o empresariado, o Estado militar, a imprensa, os *intelectuais* e a esquerda brasileira em suas diferentes reações às greves do ABC, do apoio à repressão, e cada uma delas contribuiu para sedimentar o processo de unificação simbólica da categoria metalúrgica.^X (Grifos nossos).

Entende-se que os movimentos grevistas, que se iniciaram na década de 1970 e percorreram toda a década posterior, foram singulares. Eles expressam a emergência de novos atores sociais e são resultado de uma conjuntura política e social brasileira específica. Eder Sader afirma que:

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

[..] a movimentação operária não apenas forçou alterações de fato nas esferas da política salarial, da liberdade sindical, do direito de greve, como fundamentalmente provocou o nascimento de novos atores no cenário político [..]Mas é preciso que nos situemos naquele momento para poder avaliar a dimensão da ousadia. Basta aliás, acompanhar seu empenho ao polemizar sobre o lugar atribuído ao movimento operário nas representações dominantes. Na forma mais visível, nos meios de comunicação de massa, as greves eram noticiadas nas seções de economia e referidas separadamente as diferentes setores da produção em que ocorriam^{XI}.

Esses “novos” sujeitos em cena atraíram o interesse de muitos pesquisadores, devido à sua grande visibilidade. Assim, houve um grande interesse de pesquisadores da esquerda, que analisavam essa nova formação operária, ultrapassando, desse modo, as fronteiras da sociologia marxista da década anterior.

Fundamentalmente, as renovações ocorridas no campo da historiografia, assim como o próprio rejuvenescimento da História Política, colaboraram para a ampliação das análises dos grupos sociais.

O campo historiográfico brasileiro de 1980: impasses e ampliações

Para compreender as mudanças na historiografia é necessário, fazer um exercício de reflexão sobre a própria configuração e formação desse grupo social acadêmico. Pierre Bourdieu (2004) traz grandes contribuições ao estudo da temática ao analisar e reconhecer o espaço acadêmico como um *campo*. O autor afirma que cada grupo acadêmico possui leis próprias e estabelece uma relação entre o contexto social em que os intelectuais do grupo estão inseridos e o conteúdo textual científico, para Bourdieu;

O campo científico é um universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece as leis sociais mais ou menos específicas^{XII}.

Assim, o cada campo acadêmico busca manter sua autonomia, funcionando como um microcosmo que possui leis próprias que não são as mesmas do macrocosmo. Bourdieu alerta que esse campo sofre pressões internas e externas, e essas pressões internas só são aceitas se fizerem parte da lógica do próprio grupo. Em decorrência, o campo científico é um campo de forças e lutas simbólicas que conservam e transformam suas leis sociais.

Partindo das premissas de Pierre Bourdieu, compreende-se que o historiador da década de 1980 foi influenciado tanto pelo contexto, ou seja, pelas mudanças sócio-políticas externas, quanto por influência das modificações e transformações do próprio meio acadêmico. Sobre esse aspecto, Claudio H. M. Batalha (2012) fez um balanço e aponta que:

O final dos anos 1970 e o início da década de 1980 foram marcados por mudança na conjuntura que deu novo alento à história operária, particularmente, a volta à cena

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

do operariado em 1978 com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista. [...] a diminuição da repressão política com o crescimento do movimento de contestação aberta à ditadura militar, se refletiria, inclusive, na maior liberdade acadêmica^{XIII}.

Essa maior liberdade acadêmica também resulta no aumento dos cursos de pós-graduação. A profissionalização do historiador, segundo Daniel Pécaut, apresenta dois planos: o primeiro é a legitimação intelectual do historiador a partir das titulações acadêmicas (sua titulação lhe garante autonomia simbólica para falar sobre o tema, diferenciando-se por exemplo, dos estudos militantes sobre história operária). Um segundo aspecto refere-se à construção de um campo sólido que diante do governo defende seus próprios interesses^{XIV}. Sobre esse período, Pécaut ainda afirma:

Num momento em que a ciência e a tecnologia tornaram-se os componentes centrais de toda política de desenvolvimento, a referência profissional constitui uma forma de os intelectuais se organizarem como um ator político capaz de, em nome de sua função na produção do conhecimento, remeter-se a uma racionalidade própria contra as opções de uma tecno-burocracia que pretende confiscar o uso da ciência em proveito de seus próprios projetos. [...] assim, protegidos por uma instituição científica, os intelectuais reconstituem as tribunas de onde se dirigem seus pares e, para além deles, à opinião pública^{XV}.

Assim, o campo científico é um espaço de conflitos e influências externas e internas, disputas de interesses e também é constituído por uma determinada cultura política que constrói a identidade de determinado grupo.

Ressalta-se que em um aspecto mais geral, a América Latina devido às suas experiências específicas, construiu um grupo de intelectuais singular. Carlos Altamirano acredita que o intelectual tem um papel ativo na sociedade. O autor esmiúça problemas e características específicas dos intelectuais na América Latina, destacando que os intelectuais são marcados por conflitos políticos^{XVI}.

O cenário político da América Latina influenciou a vida e as obras de tais intelectuais, conflitos estes, como, as ditaduras, as revoluções e os nacionalismos. Para Altamirano essas mudanças de governo repercutiram no movimento intelectual latino-americano. Um exemplo marcante que representa a fala do autor, são as revoluções mexicana e cubana, pois os intelectuais tiveram participação ativa no apoio aos movimentos revolucionários, e também influenciavam enquanto ideólogos.

No entanto, é aos poucos que vai se delineando a figura do intelectual latino-americano, Altamirano aponta algumas características importantes como por exemplo: a experiência revolucionária, a formação de redes intelectuais e o exílio, as revistas culturais, a influência dos partidos de esquerda, os estudos indígenas devido a influência antropológica, indústrias editoriais, a influência das ciências sociais e as transformações atuais e novos desafios do intelectual contemporâneo que são os meios de comunicação. Esses fatores reunidos possibilitaram e profissionalizaram o intelectual latino-americano^{XVII}.

Sobre a relação entre o intelectual e a sociedade em que ele está inserido, é necessário ater-se também aos debates do intelectual palestino Edward Said. Said

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

apresenta duas descrições e modos de compreensão dos grupos intelectuais do século XX. Na sua primeira descrição ele apresenta o apontamento de Antonio Gramsci, o filósofo político italiano observa que os intelectuais podem ser divididos em dois grupos: os intelectuais tradicionais, como os professores e clérigos que com o passar do tempo desenvolvem as mesmas ações e um segundo grupo que Gramsci determina como intelectuais orgânicos, que são ligados a classes ou até mesmo empresas, e buscam obter mais controle e poder, ou seja, representam interesses.

Gramsci afirma que os intelectuais orgânicos estão mais ativamente envolvidos na sociedade e lutam constantemente para mudar as mentalidades, e em contraponto os professores e clérigos permanecem no mesmo lugar realizando os mesmos trabalhos e até “secularizando” determinados valores.

Said aponta que no outro extremo há a definição de Julien Benda que ressalta os intelectuais como um pequeno grupo de “reis-filósofos”, superdotados e com aguçado sentido moral. Benda tem os intelectuais como personagens simbólicos, pois, eles não mantêm uma relação próxima aos problemas práticos. Desse modo, esses intelectuais fazem parte de um grupo à parte.

Assim, Said afirma que as ideias de intelectuais na contemporaneidade estão mais próximas da visão de Gramsci, para o autor o intelectual é um indivíduo dotado de uma vocação de representar e articular um ponto de vista para um público e, desse modo, ele se faz ativo na sociedade na qual está inserido^{XVIII}. Para o autor:

Os intelectuais *pertencem* ao seu tempo. São arrebanhados pelas políticas de representações para as sociedades massificadas, materializadas pela indústria de informação ou dos meios de comunicação, e capazes de lhes resistir apenas contestando as imagens [...] alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos[...]^{XIX}.

Envoltos nas mudanças sócio-políticas da sociedade do qual faz parte, o historiador ainda passa pelas transformações do seu próprio campo científico. As mudanças na concepção do político, e os novos modos de “escrever a história”, são debates frequentes dentro do campo.

As mudanças na forma de se fazer a história política fizeram surgir novas possibilidades de análise no campo da historiografia. Nesse sentido, foram contribuições importantes as críticas de Jacques Julliard e as propostas de René Rémond.

O historiador e jornalista francês Jacques Julliard afirma que houve um isolamento da história política devido ao seu aspecto factual excessivo e, seu “retorno”, se deu pelo crescimento do político na sociedade.

Com o crescimento de ideais democráticos e também o grande desenvolvimento dos meios de comunicação, o “político” ganhou um aspecto coletivo, em que as pessoas comuns se sentem mais participante do mundo contemporâneo,

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

assim, é notável também que o Estado possui um papel mais amplo e mais extenso do que, por exemplo, a monarquia de Luís XIV^{XX}.

O historiador francês questiona se história política trouxe algo novo em relação à história tradicional e à ciência política. Julliard, afirma que as novas concepções acerca do poder, não mais como “Teoria do Estado”, mas como relações estabelecidas entre agrupamentos humanos, ou seja, uma nova e ampla interpretação sobre o poder. Assim, a história política deve analisar os processos de transformação das sociedades, as mudanças de uma estrutura para outra, compreendendo essas transformações, o historiador político colabora para uma “interpretação global da mudança”^{XXI}.

Para apresentar as especificidades brasileira, O historiador Francisco Falcon apresenta as novas relações entre a história política. Falcon, em seu texto, “História e Poder”,^{XXII} analisa três aspectos sobre a relação entre o poder e história. Esses aspectos são: o declínio da história política tradicional, os caminhos da “nova história política” e a relação entre poder e política na historiografia brasileira recente.

No primeiro tópico, Falcon discorre sobre a formação de uma história, dita, política, em que o autor salienta que desde o início a história política se adotou uma visão institucionalizada do poder. Desse modo, percebemos que a principal crítica em relação à análise política no campo da história, se deu ao questionar os estudos oficiais do Estado, se confundindo com a ciência política, marcaram grande parte da produção historiográfica.

Entretanto, o historiador observa que as diversas transformações na sociedade, foram inserindo e influenciando novos estudos políticos. O período renascentista, colaborou para uma maior preocupação com as fontes, eliminando também, o interesse pelo mito e buscando ressaltar os aspectos verossímeis. Na Idade Moderna, a história se torna sinônimo de história política, e predominam-se os estudos sobre dinastias e Estados absolutistas. Destaca-se também a importância do Iluminismo e do Romantismo, o primeiro colaborou para uma história com olhar filosófico e o segundo, defendeu o papel da intuição e do individualismo.

Falcon procura demonstrar que todos esses fatores contribuíram para o desenvolvimento da história política, e ainda ressalta que a história metódica, muito criticada trouxe uma crítica consistente ao uso das fontes, que foi fundamental para o aprimoramento da história política.

A partir de 1930 começa o declínio da história política, tradicional, principalmente, sua condenação pela escola de *Annales*. Entretanto, Falcon salienta, apresentando trechos acima de Jacques Julliard, que deve se tomar cuidado, pois esse cenário de declínio e essa condenação, ocorrem na França, deve-se observar a conjuntura política do período também a constituição do campo acadêmico.

No segundo tópico desenvolvido por Falcon, o autor, assim como Julliard, aponta que o declínio da história política deve ser problematizada, primeiramente porque essa condenação que ocorreu na França, não se aplica a diversos outros cenários. Assim, é preciso reconhecer que no mercado editorial, no mundo anglo-saxônico, por exemplo, isso não ocorreu, ou seja, a história política não desapareceu.

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

Falcon também sublinha que em meio à esses questionamentos da escola de *Annales*, o marxismo e o estruturalismo, posteriormente, colaboraram com métodos e novas discussões para a história política. O marxismo direcionou os historiadores para as análises da estrutura socioeconômico da sociedade, também colaborou com sua perspectiva sobre os movimentos coletivos, e aperfeiçoou o estudo da ideologia como uma categoria analítica. O estruturalismo, sob influência dos estudos antropológicos de Lévi-Strauss, contribuiu para as análises das estruturas em um perspectiva de longa duração. Falcon, assim como Julliard, também aponta a importância e influência das análises quantitativas, que contribuíram para o processo de reformulação da história política.

Essa busca pela redefinição da história política, é traçada por diversas dificuldades, o autor apresenta possíveis saídas:

Reconhece-se que é fundamental que o historiador político passe do estudo institucional do Estado para o estudo do poder; e também que devem ser eliminadas as pseudoquestões tradicionais – como a do conceito de *soberania*. O essencial é o conceito de acontecimentos político a ser revisto, ponto de partida para uma história política compreensiva (Vandermeer), embasada em conceitos como sistema partidário, *períodos críticos*, além de maior abertura aos elementos culturais tidos até aqui como extrapolíticos. A concepção plural de público (receptor, audiência) e as perspectivas promissoras do conceito de *cultura política* (Vandermeer, Rémond) exemplificam talvez o quanto se tenta suprimir e inovar em história política

xxiii

Após apresentar alguns caminhos para os estudos de história política, Falcon busca apresentar algumas características dessa historiografia no Brasil. Para abordar a historiografia contemporânea, Francisco Falcon faz seu recorte, a partir da década de 1970, em que ele observa, o grande número de estudos que levavam em conta o conceito de Estado, ou seja, uma história política tradicional.

Entretanto, o autor aponta algumas características próprias da realidade brasileira, como, por exemplo, o período do regime militar que limitou diversos estudos e ao mesmo tempo chamou a atenção para o poder regulador do Estado. Falcon faz diversos levantamentos sobre o mercado editorial brasileiro e conclui que, a história brasileira publicada, confunde-se com história política. Uma característica relevante também é que partir da década de 1970, diversos centros e institutos passaram a preservar, e, disponibilizar para a pesquisa diversos documentos, que colaboraram para os novos estudos. Esse último aspecto é interessante se levarmos em consideração que a documentação oficial foi por muito tempo uma fonte abundante para história política e que contribuiu para as pesquisas ainda percussoras, da história antiga tradicional. Assim, Falcon observa também que atualmente há uma maior abertura às diversas perspectivas históricas e que a história política mantém seu posto, ora em “declínio”, ora em “ascensão”, dependendo da conjuntura política e intelectual da sociedade que produz sua história.

A diversificação de fontes, e toda a ampliação dos temas e enfoques fez com que não só se analisasse o “movimento” operário, mas também contribuíram para as análises dos sindicatos, partidos, do cotidiano, cultura política, classe e de muitos outros temas que foram abordados em teses e dissertações na década de 1980.

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

Um outro aspecto da nova história política, foi a valorização dos sujeitos coletivos em detrimento às análises dos sujeitos individuais. O historiador René Rémond afirma que;

Durante muito tempo censurou-se a história política por só se interessar pelas minorias privilegiadas e esquecer do povo, as multidões, as massas, o grande número. Talvez fosse uma censura justificada na época em que os historiadores políticos se acantonavam na biografia dos notáveis. [...] Não se aplica mais, certamente, contra uma história que pretende integrar todos os atores – mesmos os mais modestos – do jogo político, e que se atribui como objeto da sociedade global^{XXIV}.

O historiador Claudio Batalha afirma que é necessário ressaltar a influência da história social e principalmente os estudos de Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm. Esses historiadores contribuíram com críticas aos estudos tradicionais sobre a história operária e tornaram os estudos de história política mais amplos, com fronteiras mais flexíveis. Segundo Batalha, essas influências e ampliações são notadas nos principais trabalhos do período:

[...] temas anteriormente não tratados ou colocados como secundários ganharam novo espaço, tais como condições de trabalho (Ribeiro, 1988), processo de trabalho (Velasco e Cruz, 1986), condições de vida do operariado (Lobo, 1981), cultura operária (Hardman, 1983), mulheres operárias (Pena, 1981), correntes sindicais reformistas (Batalha 1986 e 1990; Velasco e Cruz; Zaidan, 1981), origens da legislação trabalhista (Gomes, 1988; Munakata, 1981), etc.^{XXV}

Por fim, conclui-se que os historiadores brasileiros foram envolvidos pelos fatores externos e pelas mudanças dentro do seu próprio campo, realizaram trabalhos com perspectivas singulares sobre a história operária brasileira.

A análise feita por Claudio Batalha sobre a história operária é pertinente. Batalha entende que houve uma fragmentação dos estudos sobre o operariado. Essa fragmentação decorreu a partir do aprofundamento de algumas tendências ainda nos anos de 1980. A autor entende que essa fragmentação não foi ruim, pois resultou em importantes reavaliações de fontes tradicionais também apareceram novas preocupações, como veem demonstrando os estudos regionais^{XXVI}. Batalha sintetiza que:

É certo que a história operária adquiriu, em pouco mais de duas décadas, um *status* acadêmico e um determinado espaço institucional, ainda que dificilmente voltará a ter o prestígio extra-acadêmico do início dos anos 80. Resta porém muito a fazer pela profissionalização da área e pela ampliação desse espaço institucional. A história operária viveu seu momento de glória no início dos anos 80, em boa parte graças à ascensão do movimento operário, sem ter depreendido um grande esforço para obter essa posição, e sem ter resistido ao desprestígio desse campo de estudos que se seguiu ao descenso do movimento operário^{XXVII}.

Desse modo, esse trabalho é uma pequena contribuição para entender como se desenvolveu a história operária no Brasil nos anos 1980, atentando para a ascensão do movimento operário a as configurações próprias do campo da historiografia.

Considerações finais

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

A mudança de conjuntura dos finais dos anos 1970 e o início de 1980, marcou um período singular na história do Brasil e também na produção historiográfica. Nosso trabalho buscou apresentar os principais fatores que colaboraram para a construção da história operária nesses anos, salientando a importância dos movimentos grevistas do ABC paulista e também as próprias configurações na historiografia, principalmente das renovações da história política.

Esse trabalho, faz parte da minha pesquisa de mestrado que está em andamento. Assim, o texto é um recorte, portanto, com limitações inevitáveis.

NOTAS

^I Especialista em História e Patrimônio (UEL) e mestranda em História Política e Movimentos Sociais – UEM. Esse trabalho faz parte da minha pesquisa em desenvolvimento. PPH-UEM. Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz.

^{II} SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. Dossiê: Política e Sociedade, Nº 13, Outubro de 2008.

^{III} TOMIZAKI, Kimi Aparecida. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas/SP: Editora Arte Escrita, 2007.

^{IV} Idem. Pág. 56.

^V SANTANA, Marco Aurélio, op. Cit. Pág.296.

^{VI} Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CNM/CUT

<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/scania-1978-a-greve-que-mudou-o-sindicalismo-no-brasil> Acesso em: 27/10/2014.

^{VII} SANTANA, Marco Aurélio, op. Cit. pag. 298.

^{VIII} ALVES, Giovanni. *Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978/1998)*. Revista: Sociologia Política, Curitiba, 15, pag. 111-124, novembro de 2000.

^{IX} MOURA, Alessandro de. *O movimento operário no Brasil durante a década de 1980*. Anais do VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Política sociais no século ^{XXI}. Unesp, Marília, 28/06/2012, Disponível in:

<http://www.estudosdotrabalho.org/gt3.html>.

^X TOMIZAKI, Kimi Aparecida, op. Cit. pag. 290.

^{XI} SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

^{XII} BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. Colaborador: Patrick Champagne e Etienne Landais. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

^{XIII} BATALHA, Claudio. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências*.

In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2012.

^{XIV} PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

^{XV} Idem, pag. 277.

^{XVI} ALTAMIRANO, Carlos. *Élites culturales en el siglo XX latinoamericano*. In: ALTAMIRANO, Carlos (diretor). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Buenos Aires: Katz, 2010.

^{XVII} Idem. Pag. 38.

^{XVIII} SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

^{XIX} Idem. Pág. 36.

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

^{XX} JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988.

^{XXI} Idem. Pág.186.

^{XXII} FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

^{XXIII} Idem. Pág. 73.

^{XXIV} RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

^{XXV} BATALHA, Claudio H. M. Op. Cit. Pág. 153.

^{XXV} Idem. Pag. 156.

^{XXV} Idem. Pag. 157.

^{XXVI} Batalha, 156.

^{XXVII} Batalha, 157.

Bibliografia utilizada

ALTAMIRANO, Carlos. *Élites culturales en el siglo XX latinoamericano*. In: ALTAMIRANO, Carlos (diretor). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Buenos Aires: Katz, 2010.

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978/1998). Revista: Sociologia Política, Curitiba, 15, pág. 111-124, novembro de 2000.

BATALHA, Claudio. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências*. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. Colaborador: Patrick Champagne e Etienne Landais. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

CNT/CUT. *Central Nacional dos Metalúrgicos*.

<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/scania-1978-a-greve-que-mudou-o-sindicalismo-no-brasil>

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988.

MOURA, Alessandro de. *O movimento operário no Brasil durante a década de 1980*. Anais do VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Política sociais no século XXI. Unesp, Marília, 28/06/2012, Disponível in:

<http://www.estudosdotrabalho.org/gt3.html>.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

**A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE
1980: UMA ANÁLISE POLÍTICA**

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. Dossiê: Política e Sociedade, Nº 13, Outubro de 2008.

TOMIZAKI, Kimi Aparecida. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas/SP: Editora Arte Escrita, 2007.